

A malária no tempo da Aids

VICENTE AMATO NETO
e MARCOS BOULOS

A saúde pública brasileira, como também a de países subdesenvolvidos, onde recursos materiais são gastos desordenadamente, vive realidade de contrastes, em que novos temas e problemas substituem outros não resolvidos ou só parcialmente solucionados.

Nesse contexto, nada mais elucidativo do que a nova síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids) e a anclã malária. Aquela já tendo acometido cerca de 45 mil patricios e esta, causado quase 550 mil adoecimentos e de 5 mil a 10 mil mortes, em 1991.

A malária, doença milenar, que vitimou milhões de pessoas nos últimos quatro mil anos, teve influência decisiva na História da humanidade, comprometendo vários faraós, matando Alexandre, o Grande, interrompendo a vitoriosa escalada de Napoleão e, mais recentemente, ajudando a decidir a guerra de secessão americana,

quando motivou o óbito de dois terços do contingente militar, além de influir no decurso da guerra do Vietnã.

No Brasil, a sexta parte da população estava sujeita à malária na década de 40, significando risco para aproximadamente sete milhões de pessoas por ano. Enfoque adequado pós-2ª Grande Guerra fez com que menos de 50 mil indivíduos fossem atingidos em 1970, principalmente na região amazônica.

Com o empobrecimento do País, projetos desenvolvimentistas isentos de suporte sanitário, migrações sem planejamento ou controle para a área Norte e consideração inadequada quanto à prevalência então crescente geraram reversão da expectativa otimista, levando à situação hoje vigente, plena de grande dificuldade.

Existe marcante deficiência, qualitativa e quantitativa, de recursos humanos nos órgãos responsáveis pelo controle da malária, o surgimento de outras endemias e epidemias fatiou disponibi-

lidades, a presente crise de credibilidade que atravessamos coíbe ainda mais os investimentos em saúde pública e a pressão da opinião pública, através da imprensa, propiciando distorção de prioridades com atenção preferencial para doenças pertinentes à classe socioeconômica mais privilegiada configuram fatores ponderáveis, prevalentes no sentido de estabelecer, além de manter, o preocupante panorama em vigor.

Sem dúvida, a Aids é enfermidade que aflige milhares de pessoas, determinando ônus de várias ordens. Por isso, não podemos escamotear a responsabilidade, como profissionais, de encarar com determinação esse jovem percalço, procurando minimizar os malefícios por ele desencadeados. Não podemos, porém, aceitar que, para a tentativa de combater tal moléstia, se torne preciso sacrificar trabalho com duração de décadas de esforço coletivo.

É imperioso atacar todos os distúrbios médico-sanitários que

surgem, sem que para isso sejamos obrigados a piorar as já precárias prevenção e pesquisas relativas a diversos antigos contratempos, exemplificados por esquistossomose, leishmaniose, hanseníase, tuberculose e malária, entre outros. Entendemos, judiciosamente, que as verbas, sempre insuficientes para a devida atenção e investigação científica concernentes às endemias, não se coadunam com suplementar secionamento.

Afigura-se indispensável procurar mecanismos que não desculpem dos recentes transtornos sanitários, mas para tanto impõe-se buscar apoio financeiro em diversificadas fontes, engrossando, assim, o cofre da saúde, a fim de se buscar melhores possibilidades aptas a sustentar a luta contra os inúmeros, antigos e recém-chegados infortúnios que o território nacional alberga.

■ *Vicente Amato Neto e Marcos Boulos
são médicos e professores universitários.*